

A ESCOLA E A FORMAÇÃO DO LEITOR

Cristiane Oliveira Carvalho Maracaípe¹

Ingrid Batista Queiroz²

Eliane Gonçalves Costa Anderi³

Pôster - GT - Didática, Práticas de Ensino e Estágio

Resumo

Por meio do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), nós acadêmicas do curso de Pedagogia da UEG/Anápolis tivemos a oportunidade de atuar em uma escola da Rede Municipal de Educação de Anápolis. Esta vivência no cotidiano escolar nos fez refletir sobre algumas situações, dentre elas, a que nos chamou mais atenção é sobre a importância que a escola tem na formação do leitor. O que nos levou a aprofundar os estudos sobre a leitura e o ensino vem sendo praticado nas escolas há vários anos. Buscou-se então compreender o significado da leitura desde o seu significado etimológico, seguido da busca por se compreender os condicionantes a históricos envolvidos na formação do leitor no Brasil; sobre a responsabilidade da escola nesta formação; a disponibilidade de material adequado, tanto do ponto de vista da quantidade quanto da diversidade, necessário para formar este leitor, a importância do professor leitor na mediação pedagógica, os procedimentos de leitura utilizados por alguns professores no ensino da leitura. Por meio deste estudo reconhecemos que o Brasil vem de um processo histórico de negação ao direito de escolarização o que contribui para o baixo nível de práticas de leitura da nossa população. Vimos também que antes mesmos da formação propriamente do leitor é necessário vencer primeiro o analfabetismo. Reconhecemos ainda que para a formação do leitor é necessário que haja anteriormente um professor leitor, que seja capaz de levar o aluno a fazer uso da leitura em diferentes situações cotidianas, mas ainda sim situações significativas.

Palavras-Chave: Formação do Leitor. Ensino da leitura. Mediação do professor

Introdução

Este trabalho é fruto das atividades realizadas em uma escola da Rede Municipal de Educação de Anápolis por meio do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID). A convivência no cotidiano escolar nos oportunizou observarmos algumas questões que nos trouxeram inquietações e nos levaram a refletir sobre algumas

¹ Acadêmica do 4º ano de Pedagogia da UnUCSEH/UEG Anápolis e bolsista do PIBID Capes. E-mail: oliveirasantosmc@gmail.com

² Acadêmica do 2º ano de Pedagogia da UnUCSEH/UEG Anápolis e bolsista do PIBID Capes. E-mail: ingridbqueiroz@gmail.com

³ Professora da UEG Coordenadora do subprojeto de Pedagogia da UEG Anápolis

situações pertinentes ao ambiente escolar, dentre as quais destacamos a responsabilidade da escola na formação do leitor.

O objetivo desse trabalho foi o de refletir sobre as possibilidades da formação do leitor no ambiente escolar.

Comprendemos que a leitura é um termo amplo e não se reduz ao processo de decodificação do símbolo escrito, adotamos aqui a concepção defendida por (SILVA, 1948, p. 45) “o indivíduo compreende e interpreta a expressão registrada pela escrita e passa a compreender o mundo”, pois a leitura é uma atividade que leva à compreensão e ao crescimento intelectual do cidadão, levando-o a um maior esclarecimento acerca do mundo que o rodeia.

Tomando o sentido etimológico da palavra ler que se deriva do latim, *legere* que queria dizer originalmente “colher, escolher” significado que veio da agricultura, passou a ter o sentido de “obter informações através da percepção das letras” equivalente a expressão latina *legere oculis*, “colher com os olhos”. Graça Paulino (2001) relaciona a etimologia da palavra ao sentido de que a leitura passa a ser a busca de sentidos no interior do texto, basta que eles sejam retirados, colhidos como um fruto do pé, e ainda, atribui o ler ao sentido de “roubar”, isto é, o leitor cria significados e pede a autorização para construí-lo, o autor escreve, mas é o leitor dá seu próprio significado.

O ato de ler a palavra escrita constitui-se ao longo da história da humanidade como um elemento capaz de provocar mudanças tanto no modo de ser como no de pensar do ser humano.

Que história de formação do leitor nós herdamos?

O Brasil, que vem de um processo histórico de negação ao direito de escolarização para a sua população chegou a meados do século XX, segundo IBGE (2010), com 50,5% de sua população com mais de 15 anos não alfabetizada. Reverter estes números implica em investimento massivo na educação.

A partir de 1950 o Brasil vem reduzindo de dez em dez anos uma média 6,8% o número de pessoas não alfabetizadas, isto se deve às campanhas e projetos de educação de jovens e adultos que foram implementadas ao longo desses 60 anos (1950 a 2010).

Esse olhar pela história ajuda-nos a compreender melhor o estigma que carregamos de “um país de não leitores”.

Além disso, a política de alfabetização não veio acompanhada de uma política de leiturização da população, pois segundo os dados apresentados na última edição da pesquisa “Retratos da Leitura no Brasil” (2011), realizada pelo Instituto Pró-Livro em parceria com o Ibope, verifica-se que cerca de 50% da população brasileira são de leitores, e que a média de livros lidos fica em torno de 4 livros por habitante/ano, sendo 2,1 livros inteiros e 2 livros em partes, ou seja, a prática de leitura da nossa população ainda é muito baixa, tendo em vista a característica da sociedade em que vivemos e o avanço das tecnologias da comunicação e da informação que exige leitura rápida e compreensiva.

O baixo nível de compreensão da leitura demonstrado pelos brasileiros e evidenciado em pesquisas (Retratos da Leitura no Brasil, 2008), (Retratos da Leitura no Brasil, 2011), (PISA 2000, 2003, 2006 e 2009), incidirá sobre o exercício pleno da cidadania, na medida em que a pessoa que não compreende aquilo que leu em jornal, revista, leis, no contrato de trabalho e nos contratos de forma geral ficam reféns da opinião do outro e da sua boa ou má fé, ou seja, não é capaz de analisar as intenções que estão postas nas entrelinhas do texto, tirando as próprias conclusões e avaliando se aquilo que está ali expresso atende ou não aos seus interesses.

Nessa perspectiva pode se afirmar que a luta pela formação do leitor passa então a ser também a luta para se assegurar o exercício da cidadania, pois muito mais que decodificar o leitor deve ser capaz de emitir opinião e de se posicionar criticamente diante do que está sendo lido, o que se faz por meio de um amplo repertório linguístico, do estabelecimento de relações entre o texto, o contexto e as intenções do discurso, o que é assegurado pela prática cotidiana de leitura de diferentes tipos de textos em diferentes suportes.

Vale ressaltar que boa parte das pessoas que se declaram leitores tem o livro didático como sendo o mais lido, segundo a pesquisa já citada anteriormente e publicada no livro Retratos da Leitura no Brasil (2011) o brasileiro que se declara leitor, leu em média 3,74 livros nos últimos três meses, dentre essas leituras 1,63 foi lida por indicação da escola, dentre essas indicações 1,26 é didático e 0,37 é literário. Na pesquisa, foram considerados leitores apenas as pessoas que leram pelo menos um livro, inteiro ou em partes, nos últimos três meses.

Anterior à formação propriamente do leitor é necessário vencer primeiro o “fantasma” do analfabetismo que ainda paira entre nós. Pois sem ser alfabetizado é impossível ler. De acordo com os dados do INAF 2011/2012 (Indicador de Alfabetismo Nacional), 74% da população brasileira na faixa etária dos 15 aos 64 anos não conseguem ler e escrever plenamente. O número inclui os analfabetos absolutos, 6% da população – sem qualquer habilidade de leitura e escrita, 21% dos alfabetizados em nível rudimentar e 47% alfabetizados em nível básico. Somente 26% da população são plenamente alfabetizados, ou seja, apenas 1 em cada 4 brasileiros consegue ler, escrever e utilizar essas habilidades para continuar aprendendo.

Algumas pesquisas na área da educação sobre o livro didático (KLEIMAN, 2004, FREITAG, 1993) apontam fragilidades que este objeto traz em relação a formação do leitor, pois formá-lo exige acesso ao material de leitura e a falta de bibliotecas públicas e o alto custo dos livros produzidos se colocam como impedimentos e contribuem ainda mais para manter nossa condição de “um país de não-leitores”.

Para Rodrigues e Pereira (2006):

Os motivos que geram os baixos índices de leitura dos brasileiros são diversos e complexos, podendo ser identificados na ineficiência do processo de formação do leitor, na falta de estímulo à leitura, no descompasso entre oferta e procura de material para leitura, no baixo número de bibliotecas. Segundo dados do Sindicato Nacional dos Editores de Livros (SNEL), o número de bibliotecas públicas no país gira em torno de 5000. Em se tratando de bibliotecas escolares, são 40.000 espalhadas pelo território nacional. Esses números, quando aproximados à população nacional, de aproximadamente 190 milhões de habitantes demonstram a necessidade de ampliação dos espaços de leitura, principalmente para aqueles que já não se encontram em processo escolar e que, portanto, não têm mais acesso a exercícios regulares de leitura. (RODRIGUES E PEREIRA, 2006, p. 1 e 2).

As duas primeiras bibliotecas, legitimadas como os primeiros espaços de leitura no município de Anápolis foram: a Biblioteca José de Alencar (Biblioteca do SESC) fundada em 1952 e a Biblioteca Municipal Zeca Batista fundada em 1957. Ambas criadas na década de 50. Além das poucas bibliotecas públicas na cidade, muitas escolas também não foram construídas para ter esse “espaço”: a biblioteca. E quando as escolas a possuem, muitas vezes não são utilizadas como um espaço literário ou de pesquisa. Algumas são verdadeiros depósitos de diversos materiais, quando não são utilizadas como “lugar de castigo”.

Compreendemos também que para a formação do leitor é necessário que haja anteriormente um professor leitor, que seja qualificado e capacitado a levar o seu aluno a ler e fazer uso deste sistema nas diversas situações cotidianas. Uma leitura que, segundo Freire apud Brilhante (2010) o capacite a ler o mundo:

Aprender a ler, a escrever, alfabetizar-se é, antes de mais nada, aprender a ler o mundo, compreender o seu contexto, não numa manipulação mecânica de palavras, mas numa relação dinâmica que vincula linguagem e realidade. (FREIRE apud BRILHANTE 2010, p.08).

A formação do leitor começa na escola, logo que alfabetizado o sujeito deve viver situações de leituras que sejam significativas, ou seja, deve fazer uso da leitura e da escrita em diversas situações sociocomunicativas cotidianas, de forma que venha a compreender os usos sociais da leitura e da escrita.

Todavia a escola deve superar a visão limitada de leitura que emprega que segundo Kleiman (2004) que ora é entendida como avaliativa, para verificar se o aluno lê bem, se apresenta dificuldade na pronúncia das palavras, limitando-se ao conhecimento gramatical, da nomenclatura, da concordância, desmerecendo o sentido que o aluno pode dar ao texto pelo próprio texto e por seu conhecimento cognitivo, ora como uma única versão autorizada do texto, numa forma de monólogo, sem permitir qualquer interação do leitor com o texto, ou ainda vendo o texto como repositório de informações, e relata:

A prática de sala de aula, não apenas da aula de leitura, não propicia a interação entre professor e aluno. Em vez de um discurso que é construído conjuntamente por professores e alunos, temos primeiro uma leitura silenciosa ou em voz alta do texto, e depois, uma série de pontos a serem discutidos, por meio de perguntas sobre o texto, que não leva em conta se o aluno de fato o compreendeu. Trata-se, na maioria dos casos, de um monólogo do professor para os alunos escutarem. Nesse monólogo o professor tipicamente transmite para os alunos uma versão, que passa ser a versão autorizada do texto. (KLEIMAN, 2004, p.24)

Matêncio (1994) expõe que tais ações tornam-se uma rotina no decorrer da vida escolar dos indivíduos, enfraquecendo o relacionamento dos mesmos com o universo da leitura e conseqüentemente interferindo no processo ensino-aprendizagem.

Referências:

BRILHANTE, Luiza Hermínia de Almeida Assis. *Alfabetização e letramento: Por uma proposta didática para alfabetizar letrando*. 2010. Disponível em: <http://www.ufpi.br/subsiteFiles/ppged/arquivos/files/VI.encontro.2010/GT.4/GT_04_01_2010.pdf> Acessado em: 20 de abril de 2013.

FREITAG B. et al. *O livro didático em questão*. São Paulo: Cortez, 1993.

PAULINO, Graça et al. *Tipos de textos, modos de leitura*. Belo Horizonte: Formato Editorial, 2001 (Educador em formação).

IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Cidades – Anápolis - GO, disponível em <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=520110#>>, em 10.05.13.

INSTITUTO PAULO MONTENEGRO, *Alfabetismo Funcional*, disponível em <http://www.ipm.org.br/ipmb_pagina.php?mpg=4.02.01.00.00&ver=por> em 28.03.13.

KLEIMAN, Ângela. *A concepção escolar da leitura*. In: Oficina de leitura. Teoria e Prática. 7ª ed. Campinas: Pontes, 2004.

MATÊNCIO, Maria de Lourdes Meirelles. *Escrita e leitura: natureza do processo*. In: Leitura, produção de textos e escola. Reflexões sobre o processo de letramento. Campinas: Mercado de Letras, 1994.

Retratos da leitura no Brasil 3ª Edição. Disponível em: < <http://prolivro.org.br> >, Capturado em fevereiro de 2013.

SILVA, Ezequiel. *O ato de ler – fundamentos psicológicos para uma nova pedagogia da leitura*. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 1987.